



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

INSTALAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Palácio do Planalto
19 de agosto

O alvo do Conselho Superior de Previdência e Assistência Social é aproximar mais a Previdência da sociedade, outorgando-lhe autonomia no exercício de suas funções consultivas e fiscalizadoras.

A instalação do Conselho Superior do Ministério da Previdência e Assistência Social traz a Previdência para mais próximo da sociedade.

A ele está garantida a autonomia, podendo exercer, assim, com independência, suas funções consultivas e fiscalizadoras. Posto no alto de uma estrutura de que também são peças os conselhos comunitários e os ouvidores da Previdência, o Conselho Superior compõe-se de representantes eleitos das organizações sindicais, das confederações de empregadores, de delegados da sociedade civil e funcionários do Ministério da Previdência.

Além da sua presença fiscalizadora permanente, o conselho examinará previamente cada uma das grandes decisões do sistema, opinando sobre o orçamento da Previdência antes que ele seja submetido à aprovação do Presidente da República.

A criação do conselho e o seu funcionamento atendem as duas exigências básicas de um regime democrático que é

a participação da sociedade nas decisões das altas esferas do Governo e a garantia de clareza dos seus atos.

A Nova República tem, na sua atitude ante o sistema previdenciário do País, um motivo para orgulhar-se. Um dos argumentos que justificam a sua existência: comprovação de que veio realmente para instaurar um espírito novo e que, apesar de todos os obstáculos, vai dando cumprimento a sua promessa de mudar.

Este é mais um conselho que representa um avanço democrático e que expressa a determinação e o desejo do Governo da transparência das suas ações e, ao mesmo tempo, do desejo de afirmar o princípio democrático de que o povo tem o direito de questionar as decisões do Governo.

Passado pouco mais de um ano, eis a Previdência com as suas contas equilibradas. Aí está ela em grande parte saneada das suas deficiências mais graves.

Milagre certamente não houve. Sabem todos que o reequilíbrio e o saneamento foram frutos de uma ação administrativa. No setor da previdência do Governo trabalhou com objetivos simultâneos: de aumentar a eficácia e o rigor na arrecadação das contribuições e daquilo que era devido ao sistema; de concentrar esforços para aumentar a racionalidade da gestão; de iniciar um difícil mas bem-sucedido combate às fraudes que afetavam o sistema.

São resultados que a Nova República pode creditar legitimamente. Como o são também certas melhorias que neste curto período já pode conceder aos mutuários, desde a retirada do imposto de renda dos contracheques dos aposentados à eliminação das contribuições dos aposentados, à extensão dos benefícios a novas parcelas da população, como as mulheres dos trabalhadores rurais.

Mas não podemos nos dar por satisfeitos. Ainda há muito que corrigir, muito por reformar. Ainda há muito por aperfeiçoar e construir. Para a nova etapa em que aos poucos vai ingressando, a Previdência Social brasileira não poderá dispensar o concurso e a participação da sociedade. Muito do que ela fez de positivo nos últimos tempos deveu-se não só à sua disposição interna de operar com espírito novo, mas também à aprovação, ao apoio e à con-

fiança que recebeu do povo brasileiro. Daqui por diante necessitará de muito mais.

Os instrumentos de participação que criamos servirão a esse propósito de controle da sociedade sobre as ações do Estado. Quanto maior a identificação dos problemas por parte dos usuários, quanto maior a fiscalização feita pelo cidadão, maior será a eficácia do conselho que agora instalamos.

Se todos formos fiscais da Previdência, estaremos, também, contribuindo para a melhoria de nosso sistema de saúde e de proteção social.

O Governo deve ouvir, ouvir e ouvirá a sociedade, pois nela está a origem e o destino de todas as suas ações.

Desejo, pois, o maior êxito no trabalho que o conselho agora vai iniciar — em prol do povo e, portanto, do acerto das medidas do Governo.

Agradeço a todos a colaboração, agora emprestada, e êxito no trabalho.